

**ATA N.º 14/2014**

Aos vinte e três dias do mês de julho do ano de dois mil e catorze, pelas dez horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente o Executivo Camarário com a presença do Senhor Presidente, Anselmo Antunes de Sousa e dos Senhores Vereadores, Paulo Jorge Santos Dias Esteves, António César Valente Figueiredo, António Manuel Saraiva Lopes e Paulo Jorge de Lemos Amaral. -----

A reunião foi presidida pelo Senhor Presidente e secretariada por Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do mapa de pessoal do Município. -----

Às dez horas, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu início aos trabalhos. -----

**1. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**, em conformidade com artigo 86.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, conjugado com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

**1.1 – TORNEIO SCANDIBÉRICO** -----

O Senhor Vereador Paulo Esteves tomou a palavra para informar que vai decorrer o Torneio Scandibérico. Começa no dia 31 na Mêda, passando por Pinhel e Figueira de Castelo Rodrigo, nos dias a seguir. É um torneio de andebol, com equipas de Portugal, Espanha, Suécia e Noruega. A seleção da Espanha vai ficar na Mêda. -----

**1.2 –** O Senhor Vereador César Figueiredo tomou a palavra perguntando ao Senhor Presidente se as duas Juristas avençadas da Câmara se encontram ambas de férias ou se alguma está a fazer trabalho externo. -----

Prosseguiu questionando sobre o edifício em frente ao Parque Municipal, quis saber a quem está alugado; qual o montante que cada pessoa paga; quais são as pessoas e qual a atividade que têm no Concelho para usufruírem daquele espaço. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra esclarecendo que relativamente às juristas, pediram uma semana de férias cada uma, pelo que a Dra. Carla Sequeira esteve de férias a semana passada e a Dra. Luísa encontra-se de férias nesta semana. -----

Quanto ao prédio em frente ao Parque Municipal respondeu que está lá a morar o Dr. Tiago, a Dra. Catarina e o Professor Alexandre. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo questionou a que quadros pertence o Dr. Tiago. -----

O Senhor Presidente da Câmara retorquiu que o Dr. Tiago pertence aos quadros do Centro de Saúde de Mêda. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo questionou a que instituição pertence o Professor Alexandre. Relativamente às avenças quis saber como é que é possível colocarmos em

causa a necessidade de duas avençadas na área jurídica e o Senhor dizer que hoje em dia a Mêda está a perder tudo e cada vez tem menos gente, mas parece que cada vez mais temos necessidade de contratar pessoal em vez de investirmos lá fora – fora das portas da Mêda para ajudar os particulares – e como é possível irem as duas Juristas de férias na mesma altura. Apelou ao Senhor Presidente para não aderir a este tipo de situações, uma vez que isto não é uma competência delas mas sim do Presidente da Câmara. -----

O Senhor Presidente da Câmara explicou que a Dra. Carla deveria estar a trabalhar, se não está deveria justificar porque é que não está a trabalhar. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo partilhou que telefonou à Dra. Carla, a qual lhe disse estar a passar férias no Algarve e vai ser esta a justificação que vai dar. Devia estar a trabalhar mas não está e o Senhor Presidente não sabe. O que sai desta situação é que, nós não precisamos de duas avençadas, e eu estou a falar enquanto Vereador da oposição. -----

Mostrou-se preocupado com facto de o Senhor Presidente manter os postos de trabalho todos dentro da Câmara colocando em causa e em risco aqueles que estão com contrato por tempo indeterminado. Acusou o Senhor Presidente de andar a criar a ilusão das avenças, dos estágios e dos POC's, pondo em causa aqueles que estão aqui a trabalhar por tempo indeterminado, porém esses é que devem ser definidos porque já têm uma perspectiva de vida enquanto as outras é só uma ilusão. -----

Lembrou que relativamente ao aluguer do prédio, o Senhor Presidente não informou de quanto é que pagam. Quanto ao Professor Alexandre disse querer ver o contrato de trabalho que tem com a Câmara para ter acesso ao imóvel. Salientou que tem que ter um contrato, não é um protocolo, porque se não, vai contra os princípios de aluguer do imóvel. -----

**1.3** – Questionou depois o Senhor Vereador Paulo Esteves sobre a alteração de projetos a nível agrícola; quais são os caminhos que vão para a frente; se houve alguma alteração aos traçados e qual é o próximo caminho qua vai ser lançado. -----

O Senhor Vereador Paulo Esteves disse ainda não estar definido. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo apontou haver um prazo que está a terminar em 2015, pedimos verbas ao IFAP (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas – IFAP I.P.) e não está definido qual é o caminho, indagou, ou seja não há nenhuma perspectiva do caminho ser do Carvalhal ao Rabaçal, se é da Prova ao Aveloso, etc. Quis ser informado se foi feito algum ajuste direto ou se pretendem fazer algum ajuste direto

abaixo dos cento e cinquenta mil euros para fazer um caminho rural chamado de Santa Cruz. -----

O Senhor Vereador Paulo Esteves disse que neste momento está a ser estudado. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo questionou se está a ser estudado ou se não estará já em processo de adjudicação. -----

O Senhor Vice-presidente Paulo Esteves retorquiu que não. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo prosseguiu questionado que estudo é que está a ser feito; em que é que se insere, que tipo de comparticipação é que se insere e qual o valor.-

O Senhor Vice-presidente Paulo Esteves disse não estar inserido em nenhuma comparticipação. -----

O Senhor Vice-presidente Paulo Esteves disse ser inferior a cento e cinquenta mil euros e que está a ser feito um projeto para esse caminho. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo interpelou o Senhor Vice-presidente frisando que então é por adjudicação direta, pelo que a comparticipação é a 100%. Quis saber se o caminho se insere no âmbito dos caminhos rurais, ou se é um projeto à parte.-----

O Senhor Vice-presidente disse ser um projeto à parte, não tem nada a ver com as candidaturas que existiram, e que em princípio é para ser feito este ano. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo lembrou que o Senhor Vice-presidente lhe tinha dito que em princípio não se iam conseguir fazer os caminhos todos, indagou qual é que é o critério, uma vez que não temos verba; não temos cabimentação orçamental; não temos dinheiro para isso, ou temos, questionou. -----

Alertou para o facto de estarem a lançar um caminho que vai custar cem ou cento e cinquenta mil, o qual é financiado a 0%. Frisou que esses cem ou cento e cinquenta mil davam perfeitamente para fazer um caminho ou dois no total de um milhão de euros. Quis saber o porquê de se continuarem a adotar este tipo de conduta colocando em causa – uma vez que depois não têm dotação orçamental para fazer os caminhos todos – e lá ficam as pessoas do Concelho com os caminhos por fazer, e vão fazer um caminho com ligação direta à casa do antigo Vice-Presidente e atual adjunto do Senhor Presidente da Câmara. Indagou se esse caminho não vai ser feito. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esse caminho vai ser feito, passando pela Santa Cruz, por essa casa e vai terminar na casa do fogo. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo questionou o Senhor Presidente se é essa a estratégia para o Concelho, um caminho parar na casa do fogo. -----

O Senhor Presidente da Câmara asseverou não ser essa a estratégia do Concelho. Mas sim uma opção do executivo. -----

O Senhor Vereador António Lopes tomou a palavra questionado se essa obra não teria que constar no orçamento. Se pode ser lançada assim. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que neste momento não vai antecipar as coisas, mas confirmou a execução da obra e prosseguiu dando uma explicação das obras que vão ser feitas. Neste momento estamos com a Cidade toda a andar em obras, que consideramos prioritárias e entendemos que para a cidade atrair gente também é necessário ter uma cidade atraente onde os espaços sejam valorizados. Neste momento temos em obra, O Parque Municipal, a qual entendemos ser uma obra necessária e prioritária, porque sabemos que o Parque é um espaço de lazer para as crianças e o que estava ali era um perigo para elas. Neste momento queremos torná-lo num espaço de lazer, um espaço atrativo que se encontra no Centro da cidade. -----

Outra obra é o espaço do recinto das festas, que entendemos que é um espaço que também deve ser embelezado, é um espaço que se deve tornar prático para a realização de diversas atividades. -----

Os passeios do Santo António é outra obra que vai arrancar, já se encontravam ali há quatro ou cinco anos, o que na minha opinião já deveriam ter sido feitos há muito tempo. A envolvência do campo de futebol vai levar toda uma intervenção. -----

Voltou ao caminho da Santa Cruz dizendo que em princípio essa obra irá ser feita, porque também entende que embeleza aquela parte da Santa Cruz e o heliporto. -----

Frisou que são seis ou sete obras que neste momento estão a andar dentro da cidade, as quais entendem como sendo prioritárias tais como os caminhos agrícolas. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo chamou a atenção do Senhor Presidente da Câmara para o facto de estar a falar apenas na cidade de Mêda e ainda não ter dito uma palavra sobre as aldeias. As obras que o Senhor está a fazer é para Inglês, Francês, Suíço, Luxemburguês e Alemão ver, quando essas pessoas forem embora da Mêda, a miséria fica cá e os serviços ficam encerrados porque não vai ter gente para ir ao campo de futebol, nem às piscinas nem a lado nenhum. Acusou-o de estar com uma estratégia totalmente diferente, pelo que na sua opinião o dinheiro dos quatro milhões está a ser utilizado para algo que não o saneamento. -----

O Senhor Presidente da Câmara asseverou que não é verdade. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo disse ser a sua opinião e que está a servir para endividar mais a Câmara da Mêda. -----

O Senhor Presidente da Câmara garantiu que a Câmara está menos endividada do que quando entrou. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo salientou que daqui a três ou quatro anos vamos ver a dívida que o Senhor vai deixar, porque quando o Senhor entrou para cá quem deixou obra foi o Senhor Armando Carneiro. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que estão a trabalhar internamente para que os serviços se mantenham. Partilhou que ainda ontem esteve numa reunião com o Secretário de Estado. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo indagou se fica cá o tribunal ou não. -----

O Senhor Presidente da Câmara disse não saber garantir neste momento, infelizmente há muitas possibilidades de não ficar, porém poderão ficar outros serviços que talvez sejam tão importantes ou mais que outros aqui para o Concelho. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo disse perceber que não estão a ser sérios, porque quando há um projeto que tem a comparticipação de 85%, quando há um projeto que vai ao encontro das necessidades de todo o Concelho de Mêda, em que faz ligações entre freguesias, qua há caminhos alcatroados na Prova, Aveloso, Rabaçal, Vale Flor, Marialva, Carvalhal, Paipenela, Barreira e os Senhores estão a fazer obras que não têm qualquer comparticipação. Estão a por em causa essas obras, uma vez que o Senhor Vice-Presidente disse que não tinham capacidade para fazer as obras todas e daqui a três o que vai acontecer é que fazemos um caminho e deixamos o resto dos caminhos todos por fazer porque não temos cabimentação orçamental. E fizemos estas obras porque dão mais nas vistas na sede, e o resto do Concelho, indagou. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu que neste momento não há dinheiro para fazer as obras todas. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo acusou o Senhor Presidente de estar a utilizar verbas para obras que não são comparticipadas, quando essas verbas davam perfeitamente para assumir os 15% do resto das obras. -----

O Senhor Vice-Presidente Paulo Esteves esclareceu que há várias possibilidades para se fazerem os caminhos. Neste momento ainda estão a tomar uma decisão. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo lamentou andarem nisto há meio ano. Aduziu que o Senhor Presidente não está a por a Mêda a funcionar, o Senhor está a baralhar a Mêda. Disse preferir ver menos obras e mais apoio às associações, para assim fixar população. --- Lembrou depois o projeto dos dezoito milhões, onde se conseguiram seis milhões, havendo a possibilidade de se colocar asfaltamento, pavimentação ou calcetamento em

quase todo o Concelho o que iria valorizar enormemente a agricultura, mas preferiram desviar as verbas para a Mêda, e o resto do Concelho, porque para captar e fixar gente o Senhor tem que ajudar o resto do Concelho. -----

Solicitou o procedimento e a cabimentação orçamental do Vale do Pereiro à Pestana. ----

O Senhor Vereador António Lopes ainda sobre este assunto quis saber quanto é que já veio para os caminhos. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que neste momento faltam utilizar trezentos mil euros. -----

O Senhor Vereador António Lopes questionou se há dinheiro porque é que não se dá andamento a esses projetos têm prazos a cumprir, devem dar andamento o mais rápido possível. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo lembrou que os passeios são da competência dos empreiteiros e não da Câmara, e os Senhores andam sempre a fazer o que é da competência dos empreiteiros. Salientou que o passeio em frente ao Tribunal e os passeios da escola são da competência do empreiteiro e questionou porque é que foi a Câmara a pagá-los; porque é que deixaram passar os prazos. -----

O Senhor Presidente da Câmara asseverou não ter deixado passar prazos nenhuns, sendo que a maior parte dos prazos já passaram há cinco ou seis anos. -----

O Senhor Vereador António Lopes questionou o Senhor Presidente se convidaram mais algum empreiteiro para as obras dos passeios e para o campo de futebol. -----

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que foi feito convite a três empreiteiros. -----

O Senhor Vereador António Lopes quis saber como estava a situação do Senhor Alfredo de Paipenela e do Senhor Pereirinha. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que o Senhor Alfredo na altura foi notificado, pagou uma coima, agora foi novamente notificado, o processo está a ser analisado. -----

Quanto ao Senhor Pereirinha os serviços jurídicos avançaram com o processo pelo que está a seguir os trâmites legais. -----

**1.4** – O Senhor Vereador António Lopes prosseguiu questionando sobre desde quando é que foi alterado o horário para os funcionários do armazém. -----

O Senhor Presidente disse ser regra na altura do verão. Já era feito anteriormente, pelo que entendeu alterar o horário a partir de 1 de junho até 30 de agosto. Explicou que os funcionários fazem horário contínuo, ficando salvaguardados os serviços mínimos. -----

O Senhor Vereador António Lopes quis saber quantos são ao todo os funcionários que usufruem deste horário e se também os responsáveis têm este horário. -----

As-

O Senhor Presidente respondeu não saber o número exato de funcionários que fazem este horário. Informou que também os responsáveis fazem este horário, porém encontram-se em regime de chamada. -----

O Senhor Vereador António Lopes disse saber que há funcionários que se encontram a fazer esse horário, porém trabalham também à tarde, questionou como pensa pagar a esses funcionários uma vez que estão a fazer horas extraordinárias, e quis saber se as mesmas são registadas. -----

O Senhor Presidente informou que isso acontece excecionalmente, e garantiu que as horas estão a ser registadas. -----

O Senhor Vereador César Figueiredo disse haver um contrassenso, uma vez que trabalham de manhã porque não há possibilidade de trabalhar de tarde devido ao calor e depois vão para lá trabalhar, indagou porque é que o Senhor Presidente não revoga o despacho e coloca um horário normal. -----

O Senhor Presidente disse ficar o alerta. -----

**1.5** – O Senhor Vereador António Lopes abordou um outro assunto e pediu o contrato que foi feito com a empresa Francisco Certo, por ajuste direto. Aludiu à informação técnica a qual passou a ler “(...) ausência de recursos (...)”, ou seja não existem recursos dentro da Câmara e faz-se um contrato de cinco mil e tal euros por ano. Perguntou para quê, ao qual respondeu para vir cá se calhar uma vez por ano. Questionou se não há uma empresa na Mêda capaz de fazer o trabalho que faz essa empresa. -----

O Senhor Vereador Paulo Amaral tomou a palavra e informou o Senhor Vereador António Lopes que não existe uma empresa na Mêda capaz de dar assistência às fontes. Esclareceu que é uma empresa especializada na manutenção das fontes. -----

**2. ORDEM DE TRABALHOS:** -----

**2.1 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9 DE JULHO** -----

Presente à reunião, para aprovação, ata da reunião da Câmara Municipal, realizada no dia 9 de julho de 2014, cuja leitura foi dispensada, em virtude da mesma ter sido distribuída, previamente, a todos os membros do Executivo. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 182** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a ata em epígrafe. -----

**DIVISÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OBRAS** -----

**SETOR FINANCEIRO** -----

**CONTABILIDADE E FINANÇAS** -----

**2.2 – RÁDIO CLUBE DE MEDA** -----

Presente à reunião proposta da Rádio acima mencionada para conhecimento e devida aprovação. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 183** – Foi deliberado, por maioria dos presentes, com dois votos contra do Senhor Vereador Antonio César e do Senhor Vereador António Lopes, aprovar a proposta de publicitar as várias atividades promovidas pelo Município de Mêda na Rádio Clube de Mêda, pelo período de agosto a dezembro de 2014. O serviço consta do orçamento do corrente ano tendo sido objeto de cabimento n.º 4563, na rubrica com a classificação económica 02/020220. -----

**TESOURARIA** -----

**2.3 – SITUAÇÃO FINANCEIRA** -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria n.º 136, de 22 de julho de 2014, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **€1.352.216,21** (um milhão, trezentos e cinquenta e dois mil e duzentos e dezasseis euros e vinte e um cêntimos), e em **Operações Não Orçamentais** de **€319.883,56** (trezentos e dezanove mil, oitocentos e oitenta e três euros e cinquenta e seis cêntimos). -----

**DELIBERAÇÃO Nº 184** – O Executivo tomou conhecimento. -----

**SETOR DE SERVIÇOS URBANOS** -----

**2.4 – PRESENTES À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENÇAS DE OBRAS PARTICULARES:** -----

- José Rodrigues Ramos ----- Outeiro de Gatos

Processo N.º 29/2014 ----- DEFERIDO

- António J. Correia de Oliveira Lemos ----- Fonte Longa

Processo N.º 45/2014 ----- DEFERIDO

- Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Mêda ----- Mêda

Processo N.º 31/2014 ----- DEFERIDO

**DELIBERAÇÃO Nº 185** – O Executivo tomou conhecimento. -----

**2.5 – PROJETO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE** -----

Presente à reunião, para apreciação a Proposta n.º 22/2014 sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço Público e Publicidade do Município de Mêda. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 186** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar a Proposta n.º 22/2014 sobre o Projeto de Regulamento Municipal de Ocupação do Espaço

Público e Publicidade do Município de Mêda e submete-lo para efeitos de discussão pública. -----

**SETOR DE SERVIÇOS OBRAS MUNICIPAIS -----**

**2.6 – CONCEPÇÃO / CONSTRUÇÃO DE ARRANJO URBANÍSTICO E INFRAESTRUTURAS DA ZONA ENVOLVENTE DO PÓLO TERMAL DE LONGRIVA (2006) -----**

Presente à reunião, para aprovação, informação n.º 130/SOM, para libertação de Garantia Bancária e liquidação de cativos, da obra em epígrafe. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 187** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, retirar o presente assunto para análise numa próxima reunião. -----

**2.7 – CONSTRUÇÃO DE BANCADAS E MURETE DE VEDAÇÃO NO ESTÁDIO MUNICIPAL DE MEDA -----**

Presente à reunião, para aprovação, informação n.º 132/SOM, sobre o pedido de libertação de 56,80% da garantia bancária prestada, para o bom cumprimento do contrato da empreitada em epígrafe, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 188** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, o pedido de libertação de 56,8% da garantia bancária prestada, no valor de €4.170,74 (quatro mil, cento e setenta euros e setenta e quatro cêntimos), da empreitada Construção de Bancadas e Murete de Vedação no Estádio Municipal de Mêda. -----

**2.8 – CENTRO ESCOLAR DE MEDA – ESCOLA EB1 – INFRAESTRUTURAS DE RECREIO E DE APOIO DESPORTIVO -----**

Presente à reunião, para aprovação, informação n.º 127/SOM, sobre o pedido de libertação de 60% da garantia bancária prestada, para o bom cumprimento do contrato da empreitada em epígrafe, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 189** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, o pedido de libertação de 60% da garantia bancária prestada, no valor de €4.476,21 (quatro mil, quatrocentos e setenta e seis euros e vinte e um cêntimos), da empreitada Centro Escolar de Mêda – Escola EB1 – Infraestruturas de Recreio e de Apoio desportivo. -----

**2.9 – REGENERAÇÃO URBANA – CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NA AVENIDA 25 DE ABRIL – MEDA -----**

Presente à reunião, para aprovação, informação n.º 128/SOM, sobre o pedido de liberação de 15% da garantia bancária prestada, para o bom cumprimento do contrato da empreitada em epígrafe, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 190** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, o pedido de libertação de 15% da garantia bancária prestada, no valor de €780,48 (setecentos e oitenta euros e quarenta e oito cêntimos), da empreitada Regeneração Urbana – Construção de Espaços Verdes na Avenida 25 de Abril – Mêda. -----

## **2.10 – BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DO CAMINHO AGRÍCOLA DA CARVALHEIRA – MEDA** -----

Presente à reunião, para aprovação, informação n.º 129/SOM, sobre o pedido de liberação de 30% da garantia bancária prestada, para o bom cumprimento do contrato da empreitada em epígrafe, conforme o estipulado no Decreto-Lei n.º 190/2012, de 22 de agosto. -----

**DELIBERAÇÃO Nº 191** – Foi deliberado, por unanimidade dos presentes, aprovar nos termos e fundamentos constantes da aludida informação técnica, o pedido de libertação de 30% da garantia bancária prestada, no valor de €8.995,67 (oito mil, novecentos e noventa e cinco euros e sessenta e sete cêntimos), da empreitada Beneficiação e Pavimentação do Caminho Agrícola da Carvalheira - Mêda. -----

## **2.11 – APROVAÇÃO EM MINUTA:** -----

**DELIBERAÇÃO Nº 192** – Nos termos dos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi deliberado, por unanimidade, aprovar os pontos 2.2, 2.5, 2.6, 2.7, 2.8, 2.9 e 2.10, em minuta, a fim de produzirem efeitos imediatos. -----

## **3 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

Tratando-se de uma reunião pública esteve presente o Senhor José Luis, do Carvalhal, fazendo uma questão sobre um terreno no Cruzamento do Carvalhal que se encontrava à venda. Sendo pretensão de um seu familiar comprar o referido prédio, para construir uma casa, pretendia ser esclarecido se o terreno estava em REN ou em RAN. Se poderia construir ou não. O Senhor Vice-Presidente esclareceu que só os serviços poderiam dar esse esclarecimento através de requerimento. -----

**Nada mais havendo a tratar às onze horas e trinta minutos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião.** -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata, que depois de lida e achada em conforme, vai ser assinada pelos membros do Executivo presentes na reunião e por mim, Susana Maria Borrego Silva, Assistente Técnica do Mapa de Pessoal deste Município, que secretariei. -----







